



casadesarmento

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmento | © Sociedade Martins Sarmento

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4810-241 Guimarães
E-mail: casa.sarmento@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt

CONFERÊNCIA SÔBRE «MARTINS SARMENTO E A
CONSCIÊNCIA NACIONAL», REALIZADA PELO PROF.
DA UNIV. DO PÔRTO, SR. DR. A. A. MENDES CORRÊA,
NA SESSÃO SOLENE DEDICADA Á
MEMÓRIA DE MARTINS SARMENTO

Eu tive a honra, há anos, de, com uma palestra nesta mesma sala, trazer o meu humilde concurso ao labor cultural duma Sociedade que, servindo fielmente o pensamento do seu insigne Patrono e identificada por uma solidariedade perfeita com esta nobre terra vimaranense, conserva sempre vivo e sempre aceso o culto dos valores e das tradições que são a razão de ser, moral e histórica, da Pátria.

Passados anos, em que jãmais esfriaram as relações então iniciadas num ambiente da mais calorosa vibração simpática de ideias e de sentir, volto hoje aqui, chamado por um convite que não ousei declinar, embora suponha que só por um lapso de endereço êle me chegou às mãos inábeis. E não ousei decliná-lo, porque, se não faltava quem pudesse dar-lhe satisfação com um brilho e uma competência que não possuo, a ninguém concedo que me ultrapasse na sinceridade profunda dos sentimentos que hoje aqui nos unem nesta comemoração grandiosa e expressiva: sentimentos de admiração e reconhecimento para com Martins Sarmiento, erudito, Mecenaz e português; sentimentos de apreço e simpatia intelectual para com a Sociedade que tem o seu nome e prolonga o seu esforço alevantado; sentimentos de profunda devoção nacionalista, a devoção que hoje trouxe tantos peregrinos à Metrópole da nossa Proto-história.

Nunca é sem emoção que venho a Guimarães. Creio que nenhuma alma verdadeiramente portuguesa, nenhum português, em quem se não tenham embotado a inteligência e a affectividade, fica indiferente perante o quadro de tão forte poder evocador que se nos

oferece nesta região e nesta cidade, com estes montes coroados de heróicos redutos castrejos, os mais remotos pilares da Nação, com estes monumentos, estas ruínas, estas relíquias, símbolos augustos da firme vontade de independência dum povo, com a actividade de Martins Sarmiento, de Alberto Sampaio, desta Sociedade, de tantos vimaranenses ilustres ou anónimos, actividade que é uma constante afirmação de fé patriótica, duma fé que não morre, que nunca morrerá. Aqui, nesta cidade tão estruturalmente portuguesa, nesta atmosfera saudável do Minho, todos sentimos fortalecer-se a nossa confiança nos destinos de Portugal.

Já numa conferência na Universidade do Pôrto me ocupei da personalidade e da obra de Martins Sarmiento. Deixei então muito por dizer. Mas ficará também hoje muito por dizer. Se a sobriedade admirável das linhas que definem o seu perfil de homem, scientista e cidadão, é susceptível duma tradução nos termos mais lacónicos, a amplitude e a complexidade do seu labor de muitos anos não cabem numa abreviada resenha. Mas ¿que posso aqui dizer da biografia de Martins Sarmiento, que todos os que me escutam não saibam tão bem ou melhor do que eu?

¿Quem não teve notícia dos incidentes vivos causados pela publicação das suas primícias literárias, da natureza das suas ocupações e diversões predilectas, da integridade da sua vida privada, da multiplicidade das justas consagrações que recebeu, da perfeita linha moral da sua vida cívica, fora dos partidos políticos, mas sempre ao lado dos interesses colectivos e dos princípios de justiça? ¿Quem não ouviu falar na sua atitude na questão com o juiz Sêco, na questão de caçadores 7, e perante o *Ultimatum* de 90?

Assim, meus senhores, eu não traçarei a biografia de Sarmiento, nem farei uma análise detida da sua obra, cheia de erudição, equilíbrio, lucidez e fé. A primeira seria manifestamente desnecessária. A segunda seria, além de supérflua, impossível; mas, quando não fôsse impossível, seria, por me faltarem as qualidades para tornar atraentes certos assuntos, duma aridez pesada e triste, a que eu poderia talvez não poupar os homens que me escutam, mas a que não

ousaria transportar as gentis senhoras que trouxeram a esta festa o encanto da sua presença e a adesão indispensável, espontânea, da Mulher portuguesa.

Dêste modo, limitar-me-ei a marcar, em breves palavras, a posição de Sarmiento na história dos nossos estudos arqueológicos, o seu papel na ciência das nossas origens étnicas, ou, o que é o mesmo, no fortalecimento da consciência nacional. De passagem, aludirei a antigas referências à Citânia de Briteiros.

*
* *
*

Portugal não se alheou do movimento que a Renascença despertou em muitos países, criando o gôsto pela história da antiguidade e pelo estudo dos costumes e genealogia dos povos antigos. Marca-se geralmente o início dos nossos estudos arqueológicos com o grande humanista André de Rezende, mas poderíamos marcá-lo com os primeiros contactos dos nossos navegadores de Quinhentos, com povos selvagens, até então desconhecidos, com os Bochimanes-Hotentotes, com os Índios do Brasil, com os Papuas da Nova Guiné, etc., ou com povos hoje de todo desaparecidos e tão interessantes no ponto de vista etno-arqueológico, como os Guanches das ilhas Canárias.

O estudo dos selvagens tem interesse arqueológico, porque eles são por muitos considerados os primitivos actuais. Algumas relações das nossas expedições marítimas revelam-nos alguns povos ainda em plena idade da pedra polida. Pero Vaz de Caminha descreve-nos os Índios do Brasil à chegada de Cabral; andavam em completa nudez, com os corpos pintados de vermelho, lábios furados, penas multicolores na cabeça, e cortavam a madeira com pedras como cunhas, metidas num pau, entre duas talas muito bem atadas. São os machados de pedra polida, pelo povo considerados ainda hoje como *pedras de raio*. O *Roteiro da viagem de Vasco da Gama* descreve os indígenas encontrados pela expedição na baía de Santa Helena e na Aguada de S. Brás como «homens baços, que não comiam senão lóbos-marinheiros e baleias, e

carne de gazelas e raízes diversas, e andam cobertos com peles e trazem umas bainhas em suas naturas. E as suas armas são uns cornos tostados metidos em umas varas de azambujo». Falavam «aos soluços», colhiam mel dos cortiços. Um dêles foi apanhado nesta tarefa, facto referido também nos *Lusiadas*, cometendo, porém, Camões a inexactidão de chamar «preto» ao amedrontado indígena. Tratava-se, segundo aquela descrição, dos Bochimanes que se distinguem dos Bântus, negros e corpulentos, pela sua pequena estatura e côr amarelada, e dos quais ainda hoje alguns grupos reduzidos vagueiam pelos montes e florestas no sul da nossa província de Angola, numa existência miserável e errante.

Os Guanches, antigos habitantes das Canárias, exterminados pelos Espanhóis, são objecto das narrações de Gaspar Frutuoso, Azurara e outros autores portugueses seus coevos, cujos depoimentos têm hoje o mais alto interesse científico. Usavam depositar os cadáveres mumificados dos seus em grutas, como nas de Tenerife, e êsse costume fez com que muitos os aproximassem dos antigos Egípcios, mas parece que as suas maiores afinidades físicas e culturais eram com os Berberes norte-africanos. Verneau, Hooton, Sergi, Tamagnini, etc., os estudaram no ponto de vista antropológico. Abercromby demonstrou que os primitivos Guanches possuíam uma cultura da pedra polida.

Também os nossos antigos autores fornecem indicações interessantes, no ponto de vista arqueológico, sobre as ruínas de Zimbabue, as explorações mineiras do império do Monomotapa. Êsses elementos ainda recentemente são utilizados num volume de Lídio Cipriani.

O grande André de Rezende descreve no século XVI antiguidades de Évora, alude às ruínas de Cola no Alentejo, publica várias inscrições, como as que assinalam o velho culto de Endovélico naquela província. Mas as suas obras são sobretudo, como ainda seriam de muitos que lhe sucederam, comentários de textos sobre a geografia e etnologia antigas de Portugal.

O autor da *Geografia de Entre-Douro-e-Minho*, João de Barros, fala na Citânia, que viria a ser o

teatro das importantes explorações de Martins Sarmento, mas localizava aí pretensamente o túmulo do rei Vamba.

E' muito interessante uma carta de 1571, de Fr. Martinho de São Paulo, carta para a qual chamou a atenção em 1879 Gabriel Pereira e que foi publicada no séc. XVIII na «Thebaida Portuguesa» por Fr. Manuel de S. Caetano Damásio. Nessa carta alude-se a antas (dolmens) da Serra de Ossa, supondo-se estas indevidamente aras ou altares, admitindo-se, porém, que uma fôsse a sepultura de Viriato. O signatário da carta assinala inteligentemente o interesse do topónimo *Antas* existente em muitos lugares e fala em inscrições e ruínas relativas ao culto de Endovélico. «Contra o seu voto» o reitor do Mosteiro destruiu uma anta na própria cêrca do convento, para aproveitar a pedra...

Fr. Bernardo de Brito fala da Citânia que identifica com a Cinânia de Valério Máximo, mas os seus relatos são notórios amontoados de falsidades e deficiências de crítica. Também alude à Citânia e Cinânia o beneditino Pereira de Novais, no seu livro sobre antiguidades do Pôrto.

Também Gaspar Estaço, êste duma probidade histórica e dum senso crítico dignos de consideração, se refere à Citânia e outras antiguidades, mas combate a identificação daquela com a cidade mencionada por Valério Máximo. Diz que a foi visitar, mas que não viu lá, salvo uma calçada antiga, nada que parecesse uma cidade: «Algumas casas houve de parede de pedra solta sem cal, e rude, que parece foram de Mouros lavradores, ou palheiros, mas não há uma só pedra lavrada, nem fonte, nem capacidade de sítio que havia de ter uma cidade, que desprezava um exército de Romanos, porque o outeiro só para curral de gado podia servir, se fôra em cima arenoso e não tão áspero como é.» Veremos o que vale hoje um juízo tão despiciente das nossas antiguidades citanienses...

Em 1733 Martinho de Mendonça de Pina apresenta à Academia Real da História Portuguesa uma dissertação sobre antas, que considerando ainda altares e não sepulturas, diz entretanto «o mais antigo

monumento artificial que há em Espanha e talvez no mundo todo». Com inteligência pede um inventário das antas portuguesas.

No ano seguinte o P.^e Afonso da Madre de Deus Guerreiro, várias vezes louvado pela Academia pela sua diligência, apresenta à mesma corporação um rol de 315 antas, que infelizmente não foi publicado.

Por essa época assinala-se na erudição portuguesa Contador de Argote, que põe de parte apócrifos como os Laimundos e Paládios invocados por Bernardo de Brito, reclama cuidado com os textos viciados, como o cronicão de Idácio, e fornece sobre o norte do país uma soma importante de informações relativas a ruínas, antigualhas, etc. Nos seus estudos de Geografia antiga da Galiza fala no poema *Ora Marítima*, de Rufo Festo Avieno, do séc. IV, do qual Martins Sarmiento, com bem maior êxito crítico, se viria a ocupar no século XIX. Para Contador de Argote, Avieno fala talvez da geografia antiga da Galiza, «mas muito pouco e em um estilo tão abstruso e recôndito que parece se quis de propósito fazer imperceptível». Também Argote reproduz uma descrição da Citânia feita pelo então bispo de Uranópolis, dizendo o nosso erudito que não pode ser a Cinânia, porque não passava de uma pobre aldeia com simples choças, que seriam obra dos Suevos e Gódos, podendo no entanto ter havido uma anterior povoação romana, revelada pela calçada, pela Pedra Formosa e por uma insculptura dum Sátiro....

Merece uma especial menção a descrição feita por Contador de Argote das célebres pinturas pre-históricas do Cachão da Rapa, na margem direita do Douro. É a primeira publicação em que se fala, graças a informes vários, da nossa arte rupestre pre-histórica, modernamente tão estudada. Na descrição há muita verdade e alguma fantasia.

Tendo-se suposto que essas pinturas haviam desaparecido, o meu colaborador Dr. Santos Júnior redescobriu-as ultimamente, tendo podido corrigir algumas inexactidões de Contador de Argote, entre as quais a dos perigos que havia em entrar numa pretensa gruta do penhasco onde estão as pinturas. Em 1687 o pároco da freguesia teria lá querido entrar, reves-

tido cautelosamente das suas vestes sacerdotais, mas logo recuara «porque ficou tonto, trémulo, balbuciante, perdeu daí a poucos dias os dentes e dentro de pouco tempo a vida». O Sr. Dr. Santos Júnior esquadrinhou aquilo tudo e felizmente ainda está vivo e com dentes...

Para a arte rupestre espanhola a mais antiga referência é, segundo Juan Cabré, feita por Lope de Vega na comédia *Las Batuecas del Duque de Alba* em 1597. Alude-se a pinturas de animais (cabras, peixes, etc.), de sóis, figuras humanas estilizadas, etc., encontradas em abrigos da região de Las Batuecas (Salamanca). O autor faz desenrolar uma das scenas num desses abrigos, dizendo uma das personagens — um camponês — versos em que assevera que «as casas» e os animais pintados não são daquela época, concluindo: «Luego es señal que hay más gente, más mundo y cosas más bellas».

Nas *Memórias Paroquiais* e noutros trabalhos do séc. XVIII há algumas informações sobre antiguidades, mas no final desse século destaca-se a figura ilustre de D. Fr. Manuel do Cenáculo, o eminente colaborador do Marquês de Pombal nas reformas de estudos, Bispo de Beja, depois Arcebispo de Évora, o Prelado prestigioso que em 1808, revestido das suas insígnias episcopais, detém na sua fúria do saque, as hostes do terrível Loison, como outrora o Papa S. Leão fizera recuar as hordas de Átila, segundo o célebre fresco de Rafael.

As ruínas de Cola, lápides sepulcrais e outras antiguidades são objecto das descrições publicadas ou manuscritas do insigne erudito, que descobre e descreve inscrições em caracteres ibéricos, do nosso Alentejo, as primeiras conhecidas em Portugal, sendo também interessantes os seus achados de uns estoques de bronze.

O autor do *Elucidário*, Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, contemporâneo do grande bispo, não se lhe equipara em mérito. As suas informações sobre os vocábulos *Antas*, *Castro*, *Cristelo*, *Arcas*, *Mamôas*, etc., mostram que êle estava longe de saber ao certo o que tudo isso era.

De entre vários autores que fazem dissertações

sobre as nossas antiguidades é justo destacar o Cardial Saraiva, D. Francisco de S. Luís, que no começo do segundo quartel do séc. XIX, além da análise criteriosa dos velhos textos de que depreendia a importância etnogénica dos Celtas e outros povos que teriam vindo à Lusitânia, diz as seguintes palavras cheias de verdade: «Confessemos com mágua nossa que não temos sido nós os Portugueses tão curiosos como outras nações na investigação, conservação e publicação das nossas antiguidades; e que, à excepção de poucos monumentos...., todos os mais ou têm sido destruídos pela barbaridade e ignorância, ou se acham ainda enterrados debaixo das ruínas, nunca revolvidas, das antigas cidades e povoações». E pergunta por exemplo quais os restos dos Celtas que aqui estiveram.

Se não tivesse compensado largamente o seu negativismo relativamente às remotas origens étnicas do povo português com o seu monumental labor sobre a história da nossa Idade-Média, Alexandre Herculano não se poderia impor, como impôs, ao reconhecimento e à admiração dos seus compatriotas. Para o grande historiador, Portugal é uma nação moderna, os Portugueses nenhuma relação têm com os Lusitanos, havendo resultado de uma mistura inextricável de povos e nem sequer tendo o direito de se ensoberbecer com as glórias, que êle diz em parte apócrifas e fabulosas, de Viriato, o chefe montanhês que os depoimentos de autores antigos e a exegese de autores contemporâneos da maior competência proclamam sem hesitação um dos maiores capitães da História...

Mas a ciência das origens étnicas nascera já quando em 1846 sai o primeiro volume da «História de Portugal». Desde Winckelmann a arqueologia científica substituíra o coleccionismo a êsmo, o *bric-à-brac* insciente. Davam-se os primeiros passos para os estudos científicos modernos de Antropologia, Lingüística, Pre-história, Etnologia, etc. Ia começar a «História militante», expressão feliz com a qual Henri Berr designa as escavações arqueológicas entendidas no seu sentido mais lato.

O scepticismo de Herculano não impede a consti-

tução da Sociedade Arqueológica Lusitana em Setúbal em 1850, a qual realiza escavações nas vizinhas ruínas de Tróia e publica um Boletim. Não impede que se constituam outros núcleos de estudos no País, que apareçam investigadores isolados, num interesse crescente e cada vez mais fecundo por êsses estudos.

*
* * *

A constituição da Comissão dos Trabalhos Geológicos em 1857 marca uma data culminante da nossa Arqueologia Pre-histórica. Iniciam-se as explorações de grutas, dolmens, restos de cozinha; põe-se o problema da existência do homem na era terciária, no nosso território. Carlos Ribeiro é a figura dominante dêsse belo movimento científico, que chama a atenção da Europa culta para Portugal.

Em 1863 funda-se em Lisboa a Associação dos Arqueólogos Portugueses; em Coimbra na secção arqueológica do Instituto discutem-se em 1873 e 74 as escavações de Condeixa, da velha Conímbriga, então realizadas. Entre outros, Gabriel Pereira trabalha em Évora, Estácio da Veiga no Algarve.

Surtem nessa altura as notáveis explorações de Martins Sarmento na Citânia de Briteiros, seguidas pelas do castro de Sabroso, e pelas de outras estações arqueológicas da região e de fora dela. Sarmento vem preencher com o seu labor sistemático a lacuna que existia entre a época que fôra objecto dos estudos de Herculano e a remota pre-história, quasi perdida na escuridão imensa dos tempos geológicos, que era o objecto principal das investigações dos arqueólogos da Comissão Geológica. Ele vinha procurar elucidar os problemas da nossa pre-história menos remota e da nossa proto-história.

Muniu-se de uma grande preparação erudita, reconhecendo que era muito circunscrito o horizonte em que se moviam até então os comentadores dos textos antigos. Reconheceu as lacunas, as perplexidades, as contradições, que nêles surgiam. Porventura lastimou a falta que para a história da Lusitânia fazem alguns livros perdidos, de Tito Lívio, de que apenas ficaram

resumos. Porventura pensou como Mómsen a respeito dos historiadores romanos, que os historiadores muitas vezes «dizem o que devia calar-se e calam o que devia dizer-se». Uma nova fonte de conhecimentos sobre o passado êle ia interrogar: as escavações arqueológicas. Vasto domínio é este que, como dizia Jacques Morgan, envolve uma multidão de problemas, uma multidão de conhecimentos científicos, conhecimentos especiais segundo a natureza das estações a explorar.

Sarmiento inicia a exploração científica dos castros do norte do país, permitindo relacionar as respectivas culturas com as dos castros da Galiza, cujo estudo fôra já começado. Relaciona os castros do tipo muito primitivo, pre-romano, de Sabroso, com as mamôas e dolmens. Proclama a antiguidade pre-céltica (duma remota idade do bronze) da cultura fundamental indígena do ocidente. Numa previsão notável do que se daria nos últimos tempos, reduz o âmbito da idade da pedra polida. De facto, hoje reivindica-se uma grande parte do que antigamente se atribuía a esta época, quer para o mesolítico, mais antigo, quer para as primeiras idades dos metais, como fazia Sarmiento, e, na verdade, os instrumentos de pedra são muito frequentes nas mais antigas estações da época dos metais.

Com os documentos objectivos que recolheu, Sarmiento pôde confirmar, rectificar, ou ampliar, os elementos fornecidos pelos velhos textos sobre a vida material e moral, a vida privada e social, dos Lusitanos. Estudou também a arte rupestre, as estátuas de guerreiros chamadas calaicas, etc. Na companhia de Cuevillas e Bouza Brey, ainda recentemente o saudável e jovem investigador Serpa Pinto encontrara no castro de Sabroso algumas insculpturas rupestres que haviam escapado ao explorador da estação, mas na verdade é por vezes difícil reconhecer alguns petroglifos. Sobre os guerreiros recordarei que a sua indumentária e armamento correspondem à descrição dos antigos textos. Não tive eu a felicidade de identificar um rude e curioso petroglifo dum guerreiro lusitano, numa penedia abrupta, no alto dum velho castro, o castro de Reguengo ou das Canas, perto de

Penafiel? Com o escudo redondo e pequeno na mão esquerda e um punhal na direita, o guerreiro de Penafiel aparece ali naquele reduto alteroso, naquele ninho de águias, numa atitude de desafio ou de triunfo, como um símbolo da independência lusa.

Sarmiento combateu o exagêro de se atribuírem aos Celtas tôdas as antiguidades pre-romanas da Lusitânia, mas caiu no exagêro oposto de negar a influência e presença dos Celtas no nosso território. Para êle, os Lusitanos pertenciam a um velho estrato ligure ocidental, entendendo por Lígures não apenas os Lígures *stricto sensu* da Ligúria, mas todos os «árias pre-célticos» do ocidente. Não é agora a oportunidade de entrar neste debate.

Nas suas obras de erudição, Sarmiento teve grande originalidade. A sua interpretação do poema *Ora Marítima*, a que já nos referimos, é lúcida e êle antecipou-se a Schulten em muitas opiniões. No seu livro *Os Argonautas*, pretende demonstrar que estes eram Fenícios, tinham vindo ao extremo ocidente e tinham tido por guias nestas paragens os Lígures. Pode não ser assim, mas nem porisso deixa de revelar muito saber e um sólido critério o trabalho do nosso arqueólogo.

Coube a Sarmiento a honra de rectificar o juízo de Gaspar Estação, Argote e outros, sobre o que devia entender-se pelas velhas cidades da Ibéria. Elas eram quasi como aquele castelo de Vermoim, um castro reconhecido por Sarmiento em que, numa dedicatória dum seu livro a este arqueólogo, o grande Camilo dizia nada mais haver do que um acervo de penedos em que nunca entrara a broca, nem estanceara gente que não tivesse cabras a pascer pelas lombas da montanha.... Num livro humorístico, escrito por Camilo e Martins Sarmiento com fins caritativos, o primeiro falava no desconforto lastimoso dos «ergástulos» da Citânia «com a porta no telhado, e sem vestígios de fogão, de garrafeira ou de casa de banho»....

Sarmiento entendia que «as cidades primitivas da Grécia não valiam decerto mais que Sabroso, não havendo muito que fiar na Musa grega que delas nos conta maravilhas»....

No entanto os Pre-celtas da Lusitânia tiveram presumivelmente, nos tempos remotos do bronze ou do cobre, uma cultura individualizada e original, fortes organizações colectivas testemunhadas pelos megálitos. E a resistência épica dos Lusitanos aos Romanos demonstra qualidades que levantam aos nossos olhos êsses incolos rudes e humildes dos castros.

! Quanto eu estimaria, se não fôsse já tarde, evocar na vossa imaginação a existência desse povo, reerguer mentalmente as paredes desmoronadas das Citânias, ver estas povoadas, animadas, vivas! Desejaria transportar-vos em espírito não 2000 anos atrás, porque já Viriato sucumbira havia muito, e já Sertório sucumbira também, contribuindo, entretanto, como verdadeiro romano, para o início da descaracterização do rude viver castrejo; desejaria, sim, transportar-vos em espírito 2100 anos atrás, porque, se é certo que já então os romanos haviam abordado ao território peninsular, ainda o nosso solo estava livre das suas expedições que só começavam ameaçando o Algarve, e eram os lusitanos que iam, em *raids* valorosos, fazer a guerra em casa alheia. Infelizmente é tarde para essa sugestiva evocação.

Cumprir, antes de terminar, fixar, porém, ainda alguns pontos importantes. «Há ainda entre nós — escrevia Sarmiento nos *Argonautas* — quem negue a nossa filiação dos Lusitanos, escudando-se decerto com as opiniões de Alexandre Herculano. Os admiradores do grande historiador (e no número deles nos contamos) fariam bem em deixar dormir em paz os argumentos *a ratião* com que tais opiniões foram sustentadas e que o seu autor seria hoje o primeiro a renegar».

Noutra passagem escreveu Martins Sarmiento que os Lusitanos têm «uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos». A moderna antropologia confirma nos Portugueses essa pureza étnica.

Remontou Sarmiento mais longe do que Herculano, no passado. E enquanto os nossos humanistas do Renascimento pretendiam fundar em ilusões e patranhas a consciência nacional, Martins Sarmiento apoiou-a na objectividade científica.

*
* *
*

Confio em que na alma portuguesa não desaparecerão nunca os cultos elementares que fizeram grande esta pequena nação. Confio em que o vento de insânia que sacode a Humanidade doente, não crestará as virtudes familiares e cívicas que são a condição vital da nossa dignidade histórica. Não creio que, esquecido de si próprio, sem nobreza, sem espiritualidade, se afogue em ignomínia este país que tem as fortíssimas raízes étnicas que Sarmiento começou a revelar-lhe. E não creio, porque essas raízes não são cinzas inertes, mas uma chama que se não apaga. Nelas hauriu vida e individualidade o plasma germinal das sucessivas gerações portuguesas.

A moderna biologia, contrariando as ideias de Maupas sobre a senectude dos organismos e a doutrina antropológica do rejuvenescimento dos povos pelas mestiçagens, afirma que o plasma germinativo é imortal.

Dêste modo não é uma *boutade* de patriotismo ôco, proclamar a convicção de que Portugal, expressão política de profundas virtualidades germinais, é eterno. Que esta crença nos dê a alegria e o orgulho de sermos portugueses!

Mas eu não sou um optimista incondicional. Pelo que respeita à nossa arqueologia e à nossa etnologia, o labor de Sarmiento e dos que o seguiram (entre os quais destaco a admirável falange da «Portugália»), não esgotou o assunto. Há inúmeros problemas em suspenso, há mesmo presumíveis rectificações a fazer.

Porém o problema nacional é mais vasto. Trabalha-se hoje louvavelmente na protecção dos nossos monumentos, na conservação dos arquivos, na salvaguarda do nosso património artístico. Muito bem.

Fundou-se a Junta de Educação Nacional, meritiário organismo destinado à intensificação da investigação científica. Excelente! Lembremo-nos de que há anos o grande químico alemão Ostwald escrevia que Portugal não tinha ainda uma civili-

zação bastante para atingir o mínimo da produção científica!...

Iniciou-se, com as mais gratas perspectivas, a reconstrução nacional, nos campos técnico, económico e financeiro. Mas para que a tarefa se consolide e perdure, para que a reconstrução integral se faça, é preciso sobretudo que ela assente num exacto conhecimento da nossa população, num revigoreamento físico e moral do nosso povo. Este é que tem de ser o agente constante da sua própria ascensão.

O problema da população é hoje justamente considerado o mais urgente em tôdas as nações. A Suécia possui um admirável Instituto de Biologia da Raça, dirigido pelo Prof. Lundborg, e do qual têm já saído trabalhos duma transcendente importância científica e nacional. Na Itália constituiu-se um *Comité* para o estudo dos problemas da população, que organizou já um importante Congresso Internacional, e trabalha útilmente. Questões demográficas, sanitárias, antropológicas, educativas, morais, são abrangidas neste programa grandioso de instantes realizações, programa que vai do domínio da arqueologia e do folclore, da pesquisa das bases tradicionais, aos inquéritos sobre a vitalidade física e moral da raça.

E' necessário fortalecer no povo português as qualidades intrínsecas, essenciais, que tornam as nações respeitadas e felizes. Leve-se a efeito o programa de reconstituição de Portugal, sem quebra de continuidade espiritual e evolutiva com o passado, com um passado em cuja contemplação inerte não devemos quedar-nos embevecidos, mas que não podemos nem devemos renegar, porque dêle vieram até nós, porque êle nos legou dons inestimáveis, estímulos preciosos, exemplos de virtudes duma beleza imortal.